

política

Leite encaminha pacote de 12 projetos com urgência

Entre as propostas, está recriação da Secretaria das Mulheres

/ GOVERNO DO RS

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Já tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um pacote de 12 projetos de lei, encaminhado na sexta-feira. Todas as propostas enviadas estão em regime de urgência e a maioria deve ir para votação dos deputados no mês de agosto, após o recesso parlamentar.

Entre os projetos, se destacam a recriação da Secretaria das Mulheres e a criação do Instituto Banrisul Cultural, que será comandado pela ex-secretária de Cultura do Estado, Beatriz Araújo. Também há uma proposta que prevê benefícios fiscais com concessões ou ampliações de diferimentos do ICMS para determinados setores.

Outra proposta encaminhada pelo Piratini trata de um aumento no quadro de servidores da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur), com a contratação emergencial de 36 servidores para o cargo de Fiscal de Transportes Metropolitanos. Conforme o Executivo, a justificativa para tal adição de pessoal é transferência de obrigações para a Sedur que anteriormente eram da Metroplan, que foi extinta.

Ainda sobre a pasta, um dos projetos encaminhados prevê uma revisão na estrutura da se-



GALILEU OLDENBURG/AL-RS/JC

Maioria das matérias deve ser votada após o recesso parlamentar

cretaria, com novas determinações sobre cargos de comissão e funções gratificadas.

No que tange ao funcionalismo público gaúcho, também há uma matéria que regulamenta e garante funções gratificadas a diretores e vice-diretores de escolas da rede estadual de ensino. Ainda tratando da área de educação, o Palácio Piratini enviou ao Parlamento um projeto de atualização do programa Passe Livre Estudantil, criado para subsidiar o transporte de estudantes gaúchos em situação de vulnerabilidade às instituições de ensino.

O governo do RS também propõe alterações no Sistema Integrado de Administração de Caixa (Siac), conhecido como Caixa Único, que preveem que ele seja administrado pelo Tesouro do Estado, sob orientação

da Secretaria da Fazenda (Sefaz). Outra matéria trata de algumas mudanças no Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper).

Os últimos três projetos encaminhados pelo Piratini são de transferência de imóveis para municípios gaúchos.

A tendência é que todos os projetos só sejam votados pelos deputados após o recesso parlamentar de inverno, que inicia nesta quinta-feira. Nos bastidores da Assembleia Legislativa, porém, não é descartada a possibilidade de que alguns sejam apreciados já na sessão ordinária desta terça-feira, podendo ainda ser convocada uma extraordinária para a quarta-feira, caso haja um entendimento neste sentido por parte dos líderes de bancadas.

Começa hoje envio de sugestões para Consulta Popular

O governo do Estado e o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Coredes) abrem hoje a fase de envio de propostas da Consulta Popular 2025. A iniciativa permite que a população apresente sugestões de projetos e ações que podem ser incorporadas ao orçamento estadual do próximo ano. O período para participação vai até 10 de agosto, de forma totalmente digital, por meio do Portal da Consulta Popular.

Na etapa inicial, cidadãos de todas as regiões do Estado podem enviar ideias relacionadas a desenvolvimento local,

melhorias em serviços públicos e investimentos em diferentes áreas. As propostas serão analisadas tecnicamente e, posteriormente, discutidas nas assembleias regionais promovidas pelos Coredes.

Em 2024, a participação popular cresceu 31% na comparação com 2023, com mais de 1.100 sugestões registradas em todo o Rio Grande do Sul. Assim como no ano anterior, estão previstos R\$ 60 milhões para execução das propostas mais votadas pela sociedade.

Após a fase de envio de ideias, os projetos habilitados seguirão para votação, prevista

para ocorrer em outubro.

A Consulta Popular foi instituída em 1998 e contribui para aproximar o governo da sociedade, estimular o diálogo regional e fortalecer a democracia participativa no Rio Grande do Sul. O processo oferece a oportunidade para o cidadão decidir, por meio do envio de propostas e de votação popular, as prioridades regionais que poderão receber financiamento do orçamento estadual, cujo valor é fixado anualmente.

A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) é o órgão responsável pela realização da consulta no governo do Estado.

MDB homenageia Ibsen Pinheiro em reinauguração da sede estadual

/ PARTIDOS

O MDB no Rio Grande do Sul homenageou ontem o ex-deputado federal gaúcho Ibsen Pinheiro, que faleceu em 2020. O evento também marcou a reinauguração da sede estadual do partido e do auditório, que foi batizado com o nome do político.

Compareceram à homenagem o presidente do MDB gaúcho, deputado estadual Vilmar Zanchin, além do prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, o ex-prefeito José Fogaça, o ex-senador e ex-governador Pedro Simon e os

ex-governadores Germano Rigotto e José Ivo Sartori. Na ocasião, Zanchin falou da reforma realizada na sede do partido e destacou a homenagem ao político. "O principal, estamos dando o nome do nosso saudoso Ibsen Pinheiro a este auditório, como um gesto de agradecimento por tudo que ele fez pelo nosso partido, pelo nosso Rio Grande e pelo Brasil."

Ibsen Pinheiro foi vereador de Porto Alegre, deputado estadual, deputado federal e presidiu a Câmara dos Deputados. Também comandou o MDB gaúcho por dois mandatos.



BRENO BAUER/JC

Principais lideranças emedebistas celebraram trajetória de Ibsen

Senado Federal deve votar LDO para 2026 somente em agosto

/ CONGRESSO NACIONAL

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 deve ocorrer em agosto. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebeu o relatório preliminar sobre o projeto da LDO (PLN 2/2025) no dia 8 e deve votá-lo hoje.

Só depois disso o relator da matéria, o deputado federal Gervásio Maia (PSB-PB), apresentará seu relatório final – e então a CMO poderá votar a peça orçamentária. Para virar lei, o texto terá de ser confirmado em votação do Congresso Nacional, mas o Parlamento deve entrar em recesso a partir da sexta-feira.

No começo da semana, o líder do governo Lula na Câmara, o deputado federal José Guimarães (PT-CE), reconheceu que não haverá tempo suficiente para o Congresso aprovar a LDO antes do recesso. Ele confirmou à imprensa que essa votação ocorrerá em agosto.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento é o senador Efraim Filho (União-PB).

O consultor de Orçamento do Senado Otávio Gondim resumiu os próximos passos. "O relatório preliminar deve ser votado no dia 15 (de julho), permitindo a abertura do prazo para emendas ao projeto da LDO. É difícil antever o número de emendas que serão apresentadas, pois houve alteração no formato do anexo de prioridades e metas, e elas podem corresponder a cerca de 30% do número de proposições. A título meramente comparativo, foram cerca de 1,4 mil emendas ao projeto da LDO de 2025, e perto de 2 mil ao projeto da LDO de 2024", explicou o consultor.

A LDO estabelece, anualmente, as diretrizes para a elaboração do Orçamento do ano seguinte: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A LDO é a base para o equilíbrio entre receitas e despesas e para o controle de custos e avaliação de resultados. Também fixa limites para os orçamentos de Legislativo, Judiciário e Ministério Público, além de dispor sobre gastos com pessoal e política fiscal, entre outros temas.